

INFORMAÇÕES

Não há Missa: Nesta 2ª feira, dia 5, devido ao pároco ter outros compromissos pastorais.

Conversas com Deus: Neste domingo, dia 4, às 21 h., no Seminário Diocesano, realiza-se mais uma “Conversa com Deus”, promovida pelo Secretariado Diocesano da Juventude em colaboração com o Secretariado Diocesano das Vocações. Participe!

Reunião do Conselho Pastoral Paroquial (CPP): O CPP reúne com o pároco no próximo sábado, dia 10, às 21 h., no Centro de Convívio, estando prevista para a reunião a seguinte ordem de trabalhos: 1. Avaliação global das actividades pastorais de 2006 com o objectivo de fazer melhor em 2007; 2. Auscultação dos representantes de cada grupo paroquial sobre as suas actividades pastorais para 2007; 3. Retoma da apresentação e discussão do Programa de Pastoral para 2007 já iniciado na reunião anterior e sua aprovação final; 4. Outros assuntos. O pároco faz um apelo a que estejam presentes todos os membros do CPP e lembra que, no início de cada reunião, há sempre um espaço aberto a qualquer membro da comunidade que queira expor algum assunto de ordem pastoral. Participe!

24º Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica:

Realiza-se no Auditório do Centro Pastoral Paulo VI, em Darque, em 17 e 18 de Fevereiro, o 24º Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica, este ano subordinado ao tema “O Sacramento do Matrimónio”, integrando-se assim na temática do ano pastoral a nível diocesano centrado na Família como veículo de transmissão da Fé. A inscrição é de 7,5 € para os adultos e de 5 € para os jovens, e quem quiser almoçar no Centro Paulo VI dará mais 6 €. Como é habitual, tratando-se de formação, tão necessária a qualquer cristão, a paróquia assume as despesas da inscrição. Inscreva-se quanto antes junto do seu pároco.

Nova Igreja e Centro Paroquial: Esta semana foram entregues mais os seguintes donativos para a construção da nova Igreja e Centro Paroquial: Águeda de Jesus Martins Ramos – 50 € (mensal); Inocência Gonçalves de Barros – 10 € (mensal); Luís Alexandre de Sá Ribeiro – 10 € (mensal); Manuel de Jesus Almeida Silva – 60 € (semestral); Pe. Manuel José Torres Lima – 250 € (mensal, referente à renúncia à mensalidade como pároco); Vítor Manuel Gonçalves Vieira – 5 € (mensal). Bem hajam!

Para entregar o seu donativo pode dirigir-se ao pároco no fim das Missas ou no horário de atendimento. Se optar pela transferência bancária, poderá fazê-lo para a Conta do Banco Millennium BCP, em nome de “Fabrica da Igreja Paroquial do Senhor do Socorro - Igreja Nova”, com o NIB 003300004525294808705.

MISSAS

Dia	Hora	Intenções
5	Seg	
6	Ter	18,30 Alfredo Cerdeira Esteves; Carlos Manuel Martins da Silva; Domingos Fernandes, Conceição Coelho e José Pedro Coelho; Carlos de Sá Martins; Teresa de Jesus Parente; Maestro José Pedro e Maria da Luz; Maria Gonçalves Lima (7º dia)
7	Qua	18,30 Pais e irmãos da família Mendes Gomes e Sogros José Rodrigues e filhos, Acúrio de Brito e mulher; Sebastião de Passos Barroso e esposa; Teresa da Silva e Fernando Pereira
8	Qui	18,30 José do Rosário, José Mendes e João Paulo; Luís da Rocha e Maria José Silva; Mário Alves Cadilha e Virgínia da Lomba Cadilha
9	Sex	18,30 Manuel José Araújo Gomes; Defensor e família; Francisco da Silva e Maria José Araújo; Aurora Cerqueira; Maria Adelina Pires Franco e João Varajão; José Maria Correia Rocha
10	Sáb	18,30 Adelaide Rodrigues da Costa e Agostinho Rodrigues de Sousa; Marina Alexandra Caldeira Pedra e João Nunes Pedra; Maria da Silva Ribeiro; Maria das Dores Lima
11	Dom	10 Domingos Jesus da Silva; Manuel Basílio Barcelos Lima; Maria Virgínia Maciel Barbosa; Virgílio Pires Barbosa; José Moreira; Eduardo do Outão Lima; José Esteves Rocha e Maria de Lurdes Salgueiro

PARÓQUIA VIVA

Nº 299 – 04/02/2007



Boletim Litúrgico-informativo • Senhor do Socorro - Viana do Castelo

Telefone: 258 83 50 86 / 258 80 67 56 / Telemóvel: 93 63 22 123 / Fax: 258 80 67 59

E-mail: paroquia.socorro@sapo.pt / Web: paroquiasocorro.no.sapo.pt • Sai todos os Domingos e Dias Santificados

5º Domingo do Tempo Comum - Ano C



«do barco pôs-Se a ensinar a multidão. Quando acabou de falar, disse a Simão: “Faz-te ao largo e lançaí as redes para a pesca”. ... apanharam tão grande quantidade de peixes que as redes começavam a romper-se. ... “Daqui em diante serás pescador de homens”.» (Evangelho)

Sobre o referendo de 11 de Fevereiro

Por: D. Manuel da Rocha Felício

No dia 11 de Fevereiro vamos ser chamados às urnas para referendar a vida. Vai-nos ser perguntado se aceitamos ou não que uma vida humana seja destruída nas primeiras 10 semanas do seu ciclo vital, única e exclusivamente a pedido da mãe. Todos temos consciência de que o aborto é uma chaga social, que aflige muitas pessoas e gera, de facto, dramas humanos incalculáveis. Mas será que se pode combater qualquer mal, pessoal ou social, legalizando-o? A resposta tem de ser claramente que não. Imaginemos o que aconteceria com outros males sociais, se pura e simplesmente os legalizássemos ou nada fizéssemos para os combater. É dispensável recorrer a exemplos. Portanto, a única atitude digna e humanamente aceitável, no caso do aborto, é congregar esforços para desfazer as verdadeiras causas desta chaga social. Fazer de outra maneira é seguir uma política de avestruz. Também temos consciência de que na decisão de fazer ou não fazer um aborto estão em jogo duas realidades e não só uma: a liberdade da mãe, por um lado e os direitos do seu filho, pelo outro.

A liberdade da mãe está necessariamente condicionada pela decisão anteriormente já tomada de conceber o filho. Por sua vez, o filho, livremente concebido, mesmo ainda no ventre de sua mãe, é alguém distinto dela, com projecto de vida próprio, que só não se cumprirá até ao fim se houver qualquer intervenção abusiva no processo. Qual destas duas realidades vamos escolher em 11 de Fevereiro – a liberdade da mãe para se desfazer do seu filho, por razões que só ela ficará a conhecer, pois segundo o que se pergunta não é necessário revelá-las a ninguém, nem sequer ao pai ou a vida do filho, que, mesmo indefeso, é sujeito de direitos, o primeiro dos quais é o direito à vida e a ser protegido de quem lha queira tirar? No processo da escolha, é necessário dar atenção, entre outros, aos seguintes dados que o debate público em curso sobre o aborto está a mostrar. 1º) Quem se dispõe a escolher a liberdade da mãe pura e simplesmente, deixa o filho até às dez semanas sem qualquer protecção da lei e sabe que ele vai ser eliminado, portanto condenado a morrer. 2º) Quem defende, neste referendo os direitos do filho tem do seu lado muitas provas já dadas de que a situação das mães em dificuldade não está a ser ignorada, porque são muitas as iniciativas colocadas no terreno para ajudá-las a criar todas as condições necessárias para que a sua escolha nunca seja contra o filho.

Na sexta-feira, dia 9 de Fevereiro, às 21 h., nas igrejas de Meadela, Santa Marta, Perre, Outeiro, Serreleis, Lanheses e Meixedo, será feita uma Vigília pela Vida, em simultâneo. Participe!

5º Domingo do Tempo Comum – Ano C

LITURGIA DA PALAVRA

1ª leitura: Is. 6, 1-2a.3-8

2ª leitura: 1 Cor. 15, 1-11

Evangelho: Lc. 5, 1-11

- A medida da nossa fé -

Num tempo em que, mesmo os crentes exigem a compreensão racional da sua fé ou se arrogam o direito de lhe ditar as medidas, a Palavra do Senhor leva-nos até ao alto mar da fé autêntica, através de Isaías, de Pedro e de Paulo.

Em Isaías, a contemplação da majestade de Deus leva-o a uma disponibilidade total, envolta no reconhecimento da sua pequenez, para ser enviado pelo Senhor, sem perguntar para quê ou para onde.

Pedro, por sua vez, não invoca a sua especialização na ciência da pesca para recusar a ordem de Jesus. Pelo contrário: é conscientemente que abdica da sua experiência para lançar de novo as redes – “já que o dizes”.

Paulo recorda aos cristãos de Corinto o núcleo central da sua fé: a ressurreição de Cristo, também por ele comprovada e donde tirava a força e coragem para se gastar ao serviço do anúncio do Salvador.

Estes é que são os caminhos da verdadeira fé, aqueles que nós também hoje somos chamados a percorrer.

Para isso, bom seria que as nossas celebrações, principalmente as eucarísticas, nos levassem a colocar a nossa pequenez à disposição do Senhor, numa aceitação incondicional da sua vontade, alicerçada não nas nossas competências, mas apoiada apenas na Sua palavra – “já que o dizes”.

Isto só será possível se navegarmos com Jesus na nossa barca e acolhermos com docilidade a sua palavra, na proporção inversa às hipóteses de pesca, que parecem cada vez mais diminutas. É que, aqui, as probabilidades de êxito não têm a ver com a abundância do peixe, mas com a grandeza da nossa fé!

É mais fácil ficarmo-nos pela lamentação e condenação do mundo de hoje, do que decidirmo-nos a ser ‘pescadores de homens’ inteiramente à disposição do Senhor! Por isso, é também para nós, hoje, a ordem de Cristo: “faz-te ao largo e lança as redes para a pesca”!

Pe. José de Castro Oliveira

Portugueses não procuram o sentido da vida

Os portugueses não procuram o sentido da vida, querem apenas resolver problemas concretos, apontou D. José Policarpo na Sessão Comemorativa do 40º aniversário da Universidade Católica. Num discurso onde evocou a história da UCP, o Cardeal patriarca de Lisboa afirmou também que “vivemos momentos conturbados a nível cultural”. O debate sobre o aborto “mobiliza a sociedade portuguesa e revela-nos uma deriva cultural preocupante, porque os intervenientes já não se confrontam com as questões da vida, da liberdade, da responsabilidade e da dimensão ética cultural”, apontou D. José Policarpo, Magno Chanceler da UCP. “A exigência ética é vista apenas na perspectiva individual, esquecendo que isso rege e tem consequências nos comportamentos da comunidade”. “A função cultural da universidade tem o dever de ensinar a pensar” e se não o fizer põe em causa “a dignidade da vida e a grandeza da liberdade”, afirmou.

Sobre o referendo de 11 de Fevereiro

Por: D. Manuel da Rocha Felício

(Continuação)

E, graças a Deus, há hoje muitíssimas mais dessas provas dadas do que havia em 1998. São, de facto, incontáveis e em volume crescente incalculável as pessoas e as instituições que, no terreno, lutam por criar redes de solidariedade para apoiar as mães colocadas diante da tentação do aborto. Ficava, por isso, muito bem ao nosso Governo e às estruturas partidárias que o apoiam entrar nesta assinalável rede de solidariedade, em vez de optar irresponsavelmente pela solução mais fácil. Também não podemos admitir que ainda haja hoje quem, em nome de valores socialmente sagrados como a democracia e a tolerância, queira tapar a boca aos que trabalham para que a decisão de 11 de Fevereiro seja tomada com base na verdade conhecida como tal e não embrulhada em processos emotivos que encobrem a verdade e podem falsear os resultados. Porque ao defendermos e promovermos a democracia, entendemo-la como instrumento de bem estar para todos os cidadãos; e se alguns houver que devam ser privilegiados, que sejam os sem voz, os que não têm meios para se defender. É assim que entendemos o princípio da discriminação positiva, que a democracia consagra. Também não basta falar em tolerância sem mais. É necessário dizer a quem desejamos aplicar a tolerância. No caso do aborto, é preciso dizer claramente se a tolerância é só para a mãe que quer desfazer-se da criança que já anteriormente decidiu gerar ou se também se deve aplicar ao filho. Nós pensamos que se pode e deve aplicar a tolerância às duas partes. Assim, exercer a tolerância em relação às mães que passam pela tentação de recorrer ao aborto ou chegam mesmo a praticá-lo significa, primeiro, ajudá-las a reconhecer que o aborto nunca pode ser solução; significa, depois, ajudá-las materialmente a resolverem os seus problemas económicos, sociais, humanos, psicológicos para que exerçam a sua responsabilidade maternal com dignidade; e, se porventura for de todo inviável que a mãe cuide do seu filho, proporcionar que esse cuidado seja prestado por outras pessoas ou instituições. Por sua vez exercer a tolerância em relação ao filho é dar-lhe a oportunidade de viver e saborear a vida, como já o está a fazer a sua mãe. Por isso quem argumenta com a democracia e a tolerância para pretender impor silêncio aos que trabalham para dar a conhecer a verdade dos factos conhecida como tal de duas uma: ou está de má fé ou está prisioneiro de preconceitos e ideologias que nada de bom auguram ao futuro da Humanidade. A democracia e a tolerância pedem-nos, isso sim, que no dia 11 de Fevereiro, demos o nosso contributo para defender os direitos de todos, a começar pelos mais fracos, que não têm meios para se defender. Este é um dos casos em que se deve aplicar o princípio democrático da discriminação positiva e, em consequência, votar “não”.

Guarda, 26 de Janeiro de 2007

D. Manuel da Rocha Felício